

EMANCIPAÇÃO

OAB é contra novos municípios

A Ordem criticou o projeto e o definiu como “jogar dinheiro público pela janela”. Na Grande Vitória, 26 bairros querem virar cidades

Luiz Fernando Brumana
Pedro Callegario

A possibilidade de criação de novos municípios no Estado, após projeto de lei complementar aprovado na última terça-feira na Câmara, recebeu críticas do presidente da Comissão de Combate à Corrupção e à Impunidade da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Délio Prates.

A Organização Não-Governamental (ONG) Transparência Capixaba também se posicionou contrária às emancipações.

“É jogar dinheiro público pela janela, salvo raras exceções. Novos municípios significam novas câmaras, com no mínimo nove vereadores cada, prefeitura, estrutura administrativa. Tudo sem a preocupação com o custo público”, defendeu Délio Prates.

Segundo ele, estes recursos tiram investimentos das áreas de saúde, educação e saneamento. “Existem municípios que não arrecadam nem o suficiente para se sustentar. Se é para viver com o pires na mão, para que novas cidades?” indagou o advogado.

Como solução para as localidades que reclamam não receber atenção do Executivo, apontou a necessidade de estreitar relações.

Coordenador da Transparência Capixaba, Fernando Mendes reforçou que a arrecadação não permitiria que as novas cidades fossem sustentáveis. Ele destacou que o interesse maior no assunto é dos políticos, que ganhariam mais cargos na administração.

“O cidadão tem de ver com um pé atrás a criação de novos municípios quando um vereador ou deputado defende a proposta. Se o bairro ou distrito não está recebendo a devida atenção, é preciso saber o que os parlamentares estão fazendo para melhorar isso”.

Mendes acrescentou que a proposta vai na contramão. “O momento é de unir, e não de dividir”.

No Estado, ao menos 26 bairros da Grande Vitória manifestaram o interesse de se tornarem municípios. Desses, 25 bairros estão em Vila Velha, na região conhecida como a Grande Jucu — que compreende bairros como Ponta da Fruta, Barra do Jucu e a Grande Terra Vermelha. Nesse caso, os locais virariam um município.

Outro bairro que gostaria de ser emancipado é Nova Rosa da Penha, em Cariacica. Na Assembleia existem outros 12 pedidos de emancipação de distritos que estão paralisados. Entre as exigências está ter no mínimo 12.145 habitantes.



AVENIDA Expedito Garcia, em Campo Grande, Cariacica: bairro apresentou pedido de emancipação à Assembleia

ENTENDA O CASO

Doze pedidos parados na Assembleia

A proposta

> A CÂMARA FEDERAL aprovou, na última terça-feira, critérios para que distritos ou bairros se tornem municípios. Abaixo-assinado com assinatura de 20% dos eleitores da área, população mínima de 12.145 habitantes, estudo de viabilidade e plebiscito estão entre os pré-requisitos para a emancipação.

> PARA PASSAR a valer, o projeto precisa ainda ser aprovado pelo Senado e receber sanção da presidente Dil-

ma Rousseff (PT). Se forem feitas mudanças no Senado, a proposta volta à apreciação da Câmara.

Novos municípios

> NO ESTADO, 12 pedidos de emancipação estão parados desde a década de 90 na Assembleia Legislativa: Pedra Azul (Domingos Martins), Nestor Gomes e Guriri (São Mateus), Piaçu (Muniz Freire), Itaoca (Cachoeiro), Campo Grande (Cariacica), Santa Cruz (Aracruz), Bebedou-

ro e Desengano (Linhares), Paulista (Barra de São Francisco), Braço do Rio (Conceição da Barra) e Ibituba (Baixo Guandu).

> SOMENTE GURIRI, Campo Grande e Santa Cruz teriam o mínimo de habitantes exigidos.

> NA GRANDE Vitória, 26 bairros têm interesse em virarem municípios. Desses, 25 são da região conhecida como a Grande Jucu — formariam somente uma cidade — e outro é Nova Rosa da Penha, em Cariacica.

Pedetistas votaram a favor

Deputados federais capixabas do PDT defenderam a proposta aprovada pela Câmara que criou novas regras para a criação de cidades no Brasil. Os parlamentares justificaram que o acordo foi fechado junto com a bancada do partido.

Além disso, os deputados Carlos

Mannato e Jorge Silva afirmaram que as exigências mínimas para que os distritos e bairros consigam se emancipar são rígidas.

“Minha posição é partidária com a criação de regras claras. Não pode ser igual a 1994 quando cidades de cinco mil habitantes foram criadas. A preocupação é não haver a politização. Somos contra dividir cidades como Vitória, Serra e Vila Velha”, justificou Mannato.

O deputado, contudo, acredita ser viável, por exemplo, a emancipação de Pedra Azul do Aracé do município de Domingos Martins.

Já Jorge Silva lembrou que as regras aprovadas exigem que seja realizado plebiscito no município a ter a área desmembrada.

“Temos exemplos de emancipações que deram certo, como Jaguaré e Sooretama. As cidades se desenvolveram. É uma forma para que as políticas públicas cheguem às regiões que ficam longe da sede do município, pois algumas são distantes”, defendeu Jorge Silva.

Senadores preferem cautela e evitam bola dividida

Com a aprovação do projeto que regulamenta a criação de novos municípios no País, a próxima etapa será a votação no Senado. Os representantes da bancada capixaba vão aguardar o projeto chegar à Casa para se posicionarem sobre a proposta.

Por meio da assessoria, o senador Magno Malta (PR) informou que vai realizar estudo técnico do projeto, uma vez que o contexto nacional é diferente da situação do Estado. Mas antecipou que é a favor de evitar despesa desnecessária para os cofres públicos com novas cidades.

Já a senadora Ana Rita Esgário (PT) disse que somente após o projeto chegar à Casa vai se manifestar. O senador Ricardo Ferraço (PMDB) estava em viagem e não foi localizado pela assessoria.

Deputados dizem que vão analisar pedidos com mais rigor

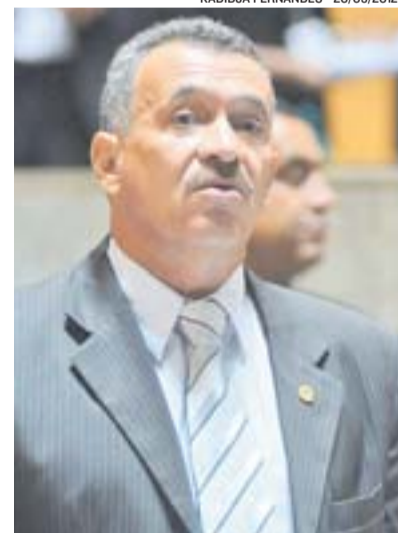
Se depender da Assembleia Legislativa haverá rigor na análise técnica para autorizar os pedidos feitos por 12 distritos para se tornarem municípios.

As solicitações vêm sendo acumuladas desde 1996, quando as assembleias legislativas do País foram proibidas de criar novos municípios antes de ser criada uma legislação padrão. Com a Câmara Federal aprovando a questão, agora falta o aval do Senado e da presidente Dilma Rousseff.

“Vamos analisar os pedidos com muita cautela. Hoje os prefeitos estão reclamando da queda de arrecadação”, afirmou o deputado estadual Dary Pagung (PRP), que já conversou com lideranças de distritos sobre emancipação.

Fazendo coro, Gilsinho Lopes (PR) afirma: “Será tudo analisado criteriosamente”. Ele ainda exemplifica: “Campo Grande hoje poderia se emancipar de Cariacica. Mas não é algo viável porque atrapalharia o município que já tem muitos problemas”.

O presidente da Casa, Theodorico Ferraço (DEM), não atendeu às ligações da reportagem.



GILSINHO: “Análise criteriosa”

Vereador começa a colher assinaturas

O vereador de Vila Velha Valtter Rocon (PDT) começa na próxima semana a colher as seis mil assinaturas necessárias para entrar com o pedido na Assembleia de emancipação da região da Grande Jucu.

Ela compreende bairros como Ponta da Fruta, Barra do Jucu e a Grande Terra Vermelha e tem 80 mil moradores e 30 mil eleitores. “Vamos deixar tudo pronto para entrarmos com o projeto na Assembleia assim que a presidente Dilma sancionar a lei”.



JORGE SILVA: critérios para liberar